

INFORMAR, POLEMIZAR E DENUNCIAR: O PAPEL EDUCATIVO DO JORNAL O DEZENOVE DE DEZEMBRO (1854-1857).

CELINA MIDORI MURASSE MIZUTA*

A história da Província do Paraná foi desencadeada pelo Decreto n. 704, de 29 de agosto de 1853, que desmembrou da Província de São Paulo a 5ª Comarca de Curitiba e a transformou em província. Porém, sua instalação foi efetivada em 19 de dezembro de 1853 com a posse do seu primeiro presidente, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Este tinha por missão criar toda a infraestrutura necessária para o funcionamento da nova província e permaneceu à frente do governo provincial durante 16 meses.

O nascimento da imprensa na Província do Paraná ocorreu em 1 de abril de 1854, com a publicação do primeiro número do jornal *O Dezenove de Dezembro*, diante da necessidade de “uma folha” que desse publicidade aos atos do governo provincial e da Assembleia Legislativa isentando-os de recorrer à Corte ou às províncias vizinhas para obter qualquer impresso. (MARTINS, 1999, p. 60)

Cândido Martins Lopes, tipógrafo estabelecido em Niterói, transferiu seu estabelecimento para Curitiba e fundou a Typografia Paranaense que foi instalada à Rua das Flores n. 13. Lopes foi editor do jornal *O Dezenove de Dezembro* até 1871, quando faleceu. A coleção microfilmada do jornal traz poucas informações sobre o seu fundador. Porém, a coleção fac-similar dos cinco anos iniciais do periódico publicou estudos sobre o jornal nos apêndices dos anos I e III e uma nota informativa no apêndice do ano II. A pesquisadora Lúcia Glück Camargo é a autora do primeiro estudo. A nota informativa é de autoria de Cassiana Lacerda Carollo assim apresentou Cândido Lopes: “proprietário da melhor tipografia de Niterói e gozava de grande prestígio na corte pela qualidade de seus trabalhos editoriais” (CAROLLO, 1980). Essas credenciais, segundo Carollo, foram cruciais para que o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos incentivasse o deslocamento de Lopes para a nova província, visto que a divulgação dos atos oficiais ocupava lugar prioritário entre as medidas necessárias à implantação do governo na província do Paraná.

* Professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)/Faculdade de Artes do Paraná (FAP). Doutora em Educação. Este texto faz parte do projeto de pesquisa desenvolvido com os recursos do auxílio pesquisa que foi concedido pela Fundação Araucária Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

O estudo de Camargo indica que o jornal *O Dezenove de Dezembro*, que circulou de 1 de abril de 1854 a 9 de abril de 1890, sofreu uma interrupção entre maio de 1861 a novembro de 1862. (CAMARGO, 1979: não paginado)

Cada edição do periódico era composta, em geral, de quatro páginas, porém Camargo registrou uma variação rara de edições com 6 páginas. A pesquisadora menciona que nos números 33 e 34 foi publicado um “suplemento de mais 4 páginas”. (CAMARGO, 1979: não paginado.)

Camargo faz uma descrição da disposição gráfica, ou seja, da diagramação do jornal durante o primeiro ano de circulação:

[...] no alto da primeira página, o título do jornal em ‘caixa alta’, cercado por ‘vinheta’; este é separado da data por dois ‘fios’ de 1 ‘ponto’. A data, da esquerda para a direita, indica: ano de publicação, dia da semana; dia, mês e ano; número do exemplar. Abaixo da data outro ‘fio’ de 1 ‘ponto’. A seguir vem o ‘Expediente’, dividido em três colunas. Dois ‘fios’ de 1 ‘ponto’, o primeiro, e de 2 o segundo, separam o cabeçalho do restante das matérias da primeira página. Esta como as demais é dividida em duas colunas, verticalmente. (CAMARGO, 1979: não paginado)

Em seu texto, Lúcia Camargo ressalta que o jornal *O Dezenove de Dezembro* recebia subvenção do governo da província para ser um informativo oficial. (CAMARGO, 1979, não paginado)

Quanto à sua periodicidade, nossa pesquisa constatou que em seu primeiro ano de publicação o jornal circulou aos sábados, porém a partir do n. 43, de 17 de janeiro de 1855, passou a ser editado às quartas-feiras com a justificativa de beneficiar os assinantes do interior que recebiam o periódico com atraso, visto que este saía do prelo no dia seguinte à saída do correio. A periodicidade sofreria nova alteração a partir de 20 de maio de 1857, quando a edição se tornou bissemanal, às quartas-feiras e aos sábados. A sua publicação se tornou diária a partir de 1 de janeiro de 1884.

O jornal foi inicialmente organizado em seis seções:

1- Parte oficial: trazia os atos oficiais do governo geral bem como do governo provincial e ocupava os 2/3 superiores da página do jornal.

2- Folhetim: ocupava o terço inferior da página. Essa sessão reproduzia romances, divulgava a revista mensal ao jornal *O Dezenove de Dezembro* ou tratava de tudo o que se julgasse de utilidade ou recreio. Esta seção teve início no seu segundo número com a

reprodução de um pequeno trecho de “Colomba, romance da Corsega”, que teria sua continuidade nas edições posteriores.

3 – O Dezenove de Dezembro: assemelhava-se a um editorial e seu conteúdo era variável, pois, trazia desde o posicionamento do periódico sobre algum aviso ou alguma determinação governamental a notícias sobre a chegada ou a partida de algum funcionário público ou político. Por vezes noticiava a enfermidade ou o falecimento de algum morador da província.

4 – Anúncios administrativos – publicava editais oficiais ou avisos do governo provincial;

5- Anúncios – havia anúncios de casas comerciais, de empregos, de profissionais liberais e outros.

6 – Publicações a pedido – essa seção publicava solicitações da população.

No primeiro número do jornal O Dezenove de Dezembro (ODD) o editor manifestou o seu compromisso de informar ao público todas as ações do governo provincial e de suas diversas autoridades mediante a divulgação de atos oficiais com isenção política. Ele acreditava que essa conduta, adotada por muitos jornais da Corte, garantiu a eles um vasto círculo de assinantes e, conseqüentemente, a longevidade dos periódicos.

Apesar da promessa do editor e do visível esforço em manter distância das questões políticas, nem sempre foi bem sucedido. Ao informar sobre os procedimentos do governo da província e os atos administrativos para atender aos interesses provinciais, essas informações eram escritas no sentido de sensibilizar a opinião pública e disfarçavam uma tendência política que dava sustentação ao governo provincial.

Este artigo se debruça sobre essa ação político-educativa exercida pelo jornal O Dezenove de Dezembro no momento de edificação da Província do Paraná.

Essa ação pode ser inicialmente verificada no editorial do primeiro número, quando o editor destacou a “benéfica intenção” do governo de “chamar à concórdia os ânimos dos paranaenses”, pois, na opinião dos homens imparciais, era essa “a mais vital necessidade da província, que deseja ardentemente ver cicatrizadas, com o balsamo saudável da conciliação, as chagas sangrentas e profundas das passadas discórdias”. Diante disso, seria “um erro imperdoável e rematada imprudência excitar com questões de partido, e artigos de política,

esses ódios inveterados, que convem a todo custo attenuar e mesmo desvanecer”. Por isso, o editor ressaltava o espírito do jornal de se manter afastado das questões políticas. (LOPES, 1854:2).

No final do artigo, Candido Lopes justificou o nome do jornal: “[...] tem por fim despertar e fazer perduravel a lembrança do dia 19 de dezembro de 1853, em que com a posse do presidente, o Exm.o Sr. conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, teve lugar a installação da província do Paraná. (LOPES, 1854:2)

Essa citação indica que a escolha do nome já evidenciava o propósito educativo do jornal *O Dezenove de Dezembro* de combater as antigas concepções e forjar as novas, e dessa forma dar vida à nação paranaense. Bastava ler o nome do periódico para que o paranaense lembrasse imediatamente da nova condição política da nação e até mesmo da data em que ela foi instaurada. Os paranaenses nasceram com o Decreto n. 704, de 29 de agosto de 1853, que criou a Província do Paraná. Eram, portanto, recém-nascidos e era necessário conscientizá-los de que eram membros da nova província. A divulgação dos atos oficiais do governo fazia parte desse processo e pretendia-se que esses atos fossem atendidos e entendidos pelos cidadãos que residiam na Província do Paraná.

Cabe aqui mencionar a publicação, na primeira edição do jornal *O Dezenove de Dezembro* de um ofício encaminhado pelo presidente da Província Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos ao engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan em 21 de dezembro de 1853:

Ao tenente coronel de engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan. – Em virtude de ordens imperiaes, cumpre que vm. com a possível brevidade, examine as estradas desta província, que de serra acima se dirige ás povoações do littoral, especialmente a da Graciosa, que communica a Villa de Antonina com esta cidade, informando qual a mais vantajosa e que melhor se preste ao transporte de carros e carruagens, para no caso de existir alguma nessas circumstancias promover-se as obras necessárias, á fim de que esse transporte se faça commodamente sem interrupção no tempo das águas, e, na hypothese contraria, fazer-se abrir novas picadas em busca de direcção, cuja declividade não exceda 6 por %, e proceder a planta e ao orçamento da que for mais apropriada áquelle intento. Do zelo de vm. Em tudo o que toca ao serviço publico espera esta presidência o mais prompto e cabal desempenho da tarefa, de que ora o encarrega. (VASCONCELLOS, 1854, p. 3)

A seção Revista Mensal publicada em 29 de abril de 1854, assinada por Americus, descreveu o ofício e afirmou que tal medida encaminhada dois dias após a instalação da

província demonstrava “o grande empenho da administração em dar-nos uma boa estrada, que nos conduza á salvamento a Paranaguá e districtos da marinha” (AMERICUS, 1854: 2). Mais adiante, o comentarista se refere à estrada de Morretes como “estrada ingrata” e acrescenta:

Note-se que nunca tivemos a desgraça de passar por tal estrada, porque ainda não arredamos pé daqui; mas ouvimos a um caipira, nosso visinho, estar dizendo della o que Mafama não disse do tocinho. Ficamos horrorizados; e rogamos a Deos em primeiro lugar, e depois ao Beaurepaire, que não permitta que tenhamos de passar por tão duros trabalhos, como aquelles de que ouvimos estar fazendo a narração o tal caipira. (AMERICUS, 1854: 2)

A seção Comunicado da edição n. 13, de 24 de junho de 1854, foi publicada uma contestação assinada por M. A. de Paula motivada pela “luta inconsequente empenhada entre o povo de Antonina e parte da Coritiba contra a cidade de Paranaguá, Morretes e Porto de Cima, tendo por divisa a estrada da Graciosa”. O autor criticou o redator Americus por considerá-lo mal informado a julgar pelos comentários emitidos na Revista Mensal sobre a questão das estradas e acusou-o de ser partidário da estrada da Graciosa. Declarou que hasteava a bandeira do interesse geral e em sua argumentação justificou porque era defensor da estrada do Itupava:

Se o governo tem em vistas abrir uma via de comunicação mais commoda á alguns particulares, ahi está a estrada da Graciosa, se ao contrario quer crear uma artéria tangente com todas as veas, que do cérebro vá ao coração com igual sensibilidade dos membros latentes, não trepide em adoptar a estrada do Itupava. É ella que offerece as melhores vantagens. Mais curta, menos dispendiosa e povoado em todos os sentidos, é tão útil á Morretes como á Antonina, tão proveitosa á Paranaguá como á Coritiba, tão lucrativa ao Porto de Cima como á Ponta Grossa e tão necessária á Lapa como á Castro.

Uma estrada que reúne tantas e tão palpáveis vantagens devia ser a preferida mesmo que fosse mais extensa; mas vamos provar com algarismos que é a mais breve, tomando a Coritiba como ponto de partida. (PAULA, 1854:6)

A seção Folhetim da edição seguinte (n. 14, 1 de julho de 1854) veiculou a Revista Mensal. Americus, o articulista, iniciou o texto refutando a acusação que lhe fez o senhor M.A. de Paula de privilegiar uma estrada em detrimento de outra:

Pronunciamo-nos contra o estado da actual estrada do Itupava, que, segundo nos affiançam, é péssimo, dizendo que esperávamos que o tenente-coronel Beaurepaire nos livraria dos incommodos do seu transito. Era contra esse horrível Cadeado que fallavamos, por onde, como diz o Sr. Paula, desceo o instincto popular, evitando as subidas e paúes da Pedra Lavada, pela qual se deixavam anteriormente rolar e

nadar os povos centraes. A nenhuma das duas estradas demos então preferência; assim como abstivemo-nos, receioso de antecipar juízos temerários, de fallar das novas picadas operadas pelos engenheiros em suas excurções.

Por onde é, pois, que o Sr. Paula conheceo a nossa opinião sobre a questão das estradas? Como é que soube que achávamos que a estrada da Graciosa era melhor que a do Itupava, quando nada dissemos sobre a Graciosa?

[...] Confiamos demasiadamente nos talentos e luzes dos dignos engenheiros encarregados desse trabalho, e na sabedoria do governo provincial, para duvidarmos de que semelhante negocio será resolvido da maneira mais proveitosa ás diversas povoações interessadas na questão, e á prosperidade de toda a província do Paraná. (AMERICUS, 1854:1-2)

Após os esclarecimentos, Americus deu por encerrada a questão e frisou: “[...] nada mais temos com o autor do artigo das estradas, a quem tambem nada mais diremos, ainda que volte sobre semelhante assumpto”. (AMERICUS, 1854:2)

Na edição de n. 15, de 8 de julho de 1854, na seção intitulada Comunicado, foi a vez de F. B. de Castro se manifestar em defesa da estrada da Graciosa e atacar M. A. de Paula:

Os melhoramentos de que goza a humanidade por mais sommas de bens que lhe trouxessem, por mais erros e prejuízos que dissipassem sempre encontrarão oppositores que quizessem nullificar a ação benéfica do progresso; parece ser uma necessidade, ou attributo das reformas materiaes e intellectuaes, de, o abuso e falsidade, hastear em todos os tempos usa bandeira, ligando-se sempre ás coisas mais santas, e innocentes deste mundo. (CASTRO, 1854, p. 3)

Assim como Paula descreveu a importância da estrada do Itupava e do porto de Paranaguá, Castro enumerou os pontos positivos da estrada da Graciosa e do porto de Antonina. Alegou que a riqueza agrícola e a maioria da população paranaense residiam no interior as quais necessitavam de um porto de mar e de uma estrada que para ele se dirija e permita realizar suas transações comerciais. O porto em Antonina seria mais vantajoso às populações residentes tanto em Morretes quanto em Porto de Cima e até mesmo em Curitiba, tendo em vista a comodidade e a proximidade. Em sua opinião, a estrada da Graciosa era imbatível:

Além disso, seja qual for a vereda que se queira aperfeiçoar, sejam quaes forem as parcellas de contos que se intente inutilmente gastar, a menos que se queira zombar heroicamente da credulidade publica, jamais Itupavas, Cadeados, Facões, etc. etc. chegarão depois de exauridos os cofres públicos a igualar a bondade natural da quase planície da Graciosa, jamais descubrir-se-hão nesse espaço, outros novos trilhos que a sobrepujem, porque a natureza garante a economia, e porque com economia é ella susceptível de perfeição.

Eis as razões porque a maioria do Paraná, quer a conclusão da Graciosa. (CASTRO, 1854:3)

Ao finalizar o seu comunicado Castro teceu elogios ao governo provincial e mostrou confiança nas medidas por ele adotadas:

O governo que felizmente temos a frente de nossos negócios, a imparcial justiça que em todos os seus actos manifesta, seguindo o impulso da opinião publica, não tem necessidade de acatar mesquinhos interesses, nem tão pouco satisfazer paixões particulares na alta posição em que se acha collocado, procura fazer o bem de todos, porque todos nós somos Paranaenses. (CASTRO, 1854:4)

A construção da estrada da Graciosa foi iniciada em 1854 e concluída em 1873. Os relatórios da construção dessa estrada aparecem em diversas edições do jornal *O Dezenove de Dezembro* no período de 1854 a 1857.

Os artigos publicados n' *O Dezenove* mostram o processo de instalação e desenvolvimento da província paranaense. As páginas do jornal registravam também reclamações acerca dos serviços públicos oferecidos na província. Uma reclamação anônima apareceu na seção Publicação Pedida da edição n. 31, de 28 de outubro de 1854 e era endereçada ao administrador geral dos correios:

A administração do correio na Villa de Morretes é a peor que se pode considerar nesse gênero; porque alem de ser o seu actual encarregado um homem de avançada idade e até caduco, retirou-se ultimamente da administração deixando-a a cargo de um individuo cuja residência não é sabida, que para satisfazer as exigências dos sellos e outros misteres é necessário procural-o dias inteiros. Morretes, 15 de outubro de 1854. (ODD, 1854:4)

Na seção Publicação Pedida da edição de 1 de abril de 1857 (ODD, 1857(8): 4), a nota assinada por *Um habitante*, sugeriu que os moradores da rua Fechada promovessem uma subscrição para drenar a água que se acumula na rua, visto que o “digno fiscal” do município não toma as providências necessárias para permitir o trânsito do público.

O jornal *O Dezenove* prosseguia no cumprimento de seu propósito de informar ao público os atos administrativos do governo provincial. Porém, em seu editorial sempre havia espaço para anunciar as datas comemorativas. Na edição n. 39, de 23 de dezembro de 1854 havia no editorial uma nota de destaque alusiva à data da instalação da província:

O dia 19 de dezembro de 1854, primeiro aniversario da inauguração da província do Paraná acaba de raiar, com todas as galas e louçania, e illuminando-a com sua luz magestosa, dá-lhe a forma de uma fada esbelta, que, prevendo as grandezas que um prospero destino aguarda ao povo Curitybano, demonstra em sua phisionomia animada o sorriso de um prazer manifesto, prazer que todo se funda na inteira confiança de uma administração infatigável, que, superando todos os obstáculos, sem desanimar pela extraordinária falta de recursos, creando tudo, civilizando e instruindo o povo, preparando uma geração porvir, que deve, mais tarde, fazel-a tocar o cume de extraordinária grandeza! (ODD, 1854:3)

Essa manifestação expressa o posicionamento do editor em relação ao governo do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. Esse trecho mostra a sua aprovação à gestão do governo provincial que poderia influenciar a opinião dos leitores.

O jornal *O Dezenove de Dezembro* publicava artigos de interesse do governo provincial que se coadunava com o projeto de nação elaborado pela classe que estava no comando do governo imperial. Exemplo dessa situação é a transcrição de um artigo veiculado pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro sobre o Regulamento de 30 de janeiro de 1854 que se refere à execução da lei das terras de 18 de setembro de 1850. O editorial do jornal *O Dezenove de Dezembro* justifica a sua importância:

A execução da lei das terras, como está prevenida e determinada no regulamento, a que alludimos, em vez de offender, respeita e assegura melhor os direitos fundados em sesmarias, concessões do governo, ou meras posses, dando novas garantias, e obstando a invasão de terras e as longas e dispendiosas demandas que dahi resultão. (ODD, 1854, p. 2)

Entendemos que a divulgação desse regulamento era importante tendo em vista a política imigratória para a substituição do trabalho escravo, uma vez que a lei Euzébio de Queiróz, aprovada em 4 de setembro de 1850 extinguiu o tráfico de escravos africanos. O provincial necessitava de braços, sejam nacionais ou estrangeiros, para construir e desenvolver a província do Paraná. O jornal *O Dezenove de Dezembro* levou ao conhecimento dos leitores o regulamento que organizaria o processo imigratório em todo o território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O editor do jornal *O Dezenove de Dezembro*, Candido Martins Lopes, insistia na finalidade do seu periódico publicar os atos administrativos do governo provincial com

isenção política. Entretanto, por mais que se esforçasse, nem sempre conseguiu cumprir a sua promessa, conforme demonstramos no texto.

A polêmica em torno da construção da estrada da Graciosa, a denúncia sobre os serviços públicos, a informação sobre os procedimentos governamentais, indicam a influência do jornal *O Dezenove* na formação opinião pública no processo de construção e desenvolvimento da Província do Paraná.

REFERÊNCIAS:

AMERICUS. Revista Mensal. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, Folhetim, n. 14, p. 1-2.

_____. Revista Mensal. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 29 abr. 1854. Folhetim, n. 5, p. 2.

CAMARGO, Lúcia Glück. Apêndice. *O Dezenove de Dezembro*. In: *O DEZENOVE DE DEZEMBRO* Edição fac-similar – Ano I. Curitiba: Paraná - Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte/ Biblioteca Pública do Paraná, 1979.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. Apêndice. *O Dezenove de Dezembro*, Nota Informativa. In: *O DEZENOVE DE DEZEMBRO* Edição fac-similar – Ano II. Curitiba: Paraná - Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1980.

CASTRO, F. C. Comunicado. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 8 jul. 1854, N. 15, p. 3-4.

LOPES, Candido Martins. *O Dezenove de Dezembro*. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 1854, n. 1, p. 4.

MARTINS, Wilson. **A invenção do Paraná**: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

O DEZENOVE de Dezembro. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 6 maio 1854. n. 6, p. 4.

O DEZENOVE de Dezembro. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, n. 43, 17 jan. 1855.

O DEZENOVE de Dezembro. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, n. 8, 20 maio 1857.

PARANÁ. **Relatório do presidente da Provincia do Paraná Zacarias de Goes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curityba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

PAULA, M.A. Estradas da Graciosa e do Itupava. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 24 jun. 1854. Comunicado, n. 13, p. 6.

PARA o Sr. administrador geral dos correios da província ver. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 28 out. 1854. Publicação Pedida, n. 31, p. 4.

UM HABITANTE. Attenção. **O Dezenove de Dezembro**, Curitiba, 1 abr. 1857. Publicação Pedida, n. 8, p. 4.